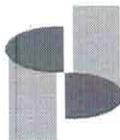
**ATA DA 1ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO FISCAL DA COMPANHIA DOCAS DE SANTANA****Data: 24/01/2018****Hora: 09:00 h****Local: Sala de reuniões da Companhia Docas de Santana****1. EXPEDIENTE:****1.1 – Assinatura da lista de presença:**

Conforme registrado na lista de presença, a qual é parte integrante desta ATA, compareceram: Robson Marcos Gualberto do Carmo, Presidente do CONFIS; membros: Silvio César Barreto Trigueiro, Lucílio Selmi de Figueiredo Nunes e, como convidados para assessorar os trabalhos, Diretor Operacional, Victor Hugo Holanda da Silva, Presidente da Comissão Permanente de Licitação-CPL, Gilmar Targino de Oliveira Diniz; e Leila Pires Vieira, Secretária da Companhia Docas de Santana.

**1.2- Comunicação da presidência**

O Presidente do CONFIS, Sr. Robson Marcos Gualberto do Carmo, saudou a todos, desejando uma reunião de sucesso. O Presidente Robson Marcos Gualberto do Carmo abre a palavra aos demais presentes. Na oportunidade, o Presidente da Companhia Docas de Santana (CDSA), Sr. Paulo Roberto Abelaira Couto, manifestou-se saudando e desejando um feliz ano novo, agradeceu pelo apoio que lhe foi dado, pela participação e orientação do Conselho durante o ano de 2017. Comentou acerca do esforço que foi feito para que a CDSA não ultrapassasse o limite com pessoal de 60% (sessenta por cento), conforme estabelece o art. 39 do Estatuto Social da CDSA. Relatou que praticamente não houve investimento com pessoal e equipamentos. Informou que as receitas recebidas foram bem aquém das receitas que foram projetadas para o ano de 2017. Informou que foi até a Receita Federal fazer um levantamento e acredita que a partir de março de 2018 a receita da CDSA melhore. Explanou sobre a diferença entre regime de caixa e regime de competência. Enfatizou sobre o esforço que a CDSA fez para que chegasse à reta final com resultado positivo. Comentou que em conversa com os clientes ficou acordado que todos pagariam no mês de dezembro. Disse que a CDSA se empenhou ao máximo, mas infelizmente não foi possível. Ficaram faltando os seguintes clientes: Amapá Florestal Celulose (AMCEL), Caramuru Alimentos, Ipiranga Produtos de Petróleo S/A e o Município de Santana, que inclusive está com quatro meses em atraso referente às parcelas do Termo de Compromisso dos Dividendos. Evidenciou que, com exceção do Município, as empresas na verdade não atrasaram, pois algumas tinham acordados em antecipar o pagamento. Frisou que empenho e força de vontade não faltaram.



Disse que não gostaria de estar dando explicações, mas se for questionado pelo Tribunal de Contas do Estado-TCE será essa a justificativa e pediu a compreensão do Conselho. Relatou que em 2018 acredita que a CDSA não irá correr esse risco mesmo porque o faturamento vai ser bem maior, considerando que a projeção aumentou de onze em 2017 para treze milhões em 2018 e disse que para 2017 foram projetados onze milhões, mas a CDSA atingiu somente nove milhões e meio. O Presidente do Conselho questionou sobre a expectativa de receita com relação ao ano de 2017, querendo informações sobre o que irá aumentar para 2018. Foi respondido pelo Sr. Paulo Roberto que a expectativa para este ano é à entrada da soja no quantitativo de seiscentos mil toneladas. O Conselheiro Lucílio Selmi informou que em 2017 a projeção de soja foi de cinquenta e quatro mil toneladas. O presidente perguntou se esse ano o porto já está funcionando com as duas empresas Cianport e Caramuru Alimentos. Sr. Paulo Roberto respondeu que ainda não. Expôs que em 2017 a Caramuru começou a operar as primeiras barcaças com oito mil toneladas. Informou também que chegará essa semana o segundo comboio da Caramuru e o navio que fará o primeiro embarque de farelo de soja da Caramuru no Estado do Amapá. Falou que a Caramuru projetou dez navios para 2018. Esclareceu que, com o navio que chegará essa semana, serão onze, pois esse não estava no contexto, devido ter sido projetado para o ano de 2017. Disse que a expectativa é boa, pois a projeção é de vinte navios da AMCEL, doze de combustível, dois ou três de chapa de ferro e quatorze de soja da empresa da Cianport. Declarou que não foi feita projeção de minério no orçamento. O Presidente do Conselho mencionou que na verdade o que aumentou foram os navios de combustíveis devido em 2017 às operações terem iniciados em maio. Foi informado pelo Sr. Paulo Roberto que em dezembro de 2016 esteve em Ibritituba no Pará junto com o Prefeito do Município de Santana, Sr. Ofirney da Conceição Sadala, e, em conversa com o Sr. Cláudio José Zacanaro proprietário da empresa Cianport, o mesmo garantiu dar início as operações no mês de maio de 2017 e, no entanto, não aconteceram. Diferentemente do ano passado, a empresa Cianport já conseguiu a Licença de Operação em Ibritituba, não tendo mais impedimentos. Frisou que a empresa já tem o produto, os comboios estão prontos e pretendem iniciar em fevereiro de 2018. Foi perguntado pelo Presidente quantos meses é preciso para que haja uma constância no trabalho ou, que volte para o vermelho, tendo como resposta do Diretor Presidente que para o vermelho não irá retornar, visto que a partir de março terão uma percepção maior. O Conselheiro Silvio César Trigueiro colocou que, por serem atividades novas, o porto precisará de um tempo para se adequar. Comentou que



esteve na área da mineradora Zamin e observou que os mesmos estão solicitando orçamento para ainda esse ano reativarem a estrutura. O Sr. Paulo Roberto informou que realmente estão dando continuidade, inclusive, em reunião com os mesmos, perguntou o tempo que projetaram para a reativação do Porto da antiga Zamin. Segundo eles, levaria um ano e meio. Encerrou sua participação agradecendo ao Conselho e se colocou à disposição para quaisquer esclarecimentos. Na sequência, o Presidente do conselho agradeceu a participação do Sr. Paulo Roberto, Presidente da CDSA.

## **1.2-Comunicações dos Conselheiros**

**1.3** Não houve comunicação por parte dos Conselheiros.

## **1.4 - Aprovação da ata anterior**

A ata da reunião anterior foi aprovada.

## **2-ORDEM DO DIA**

### **2.1- Apresentação da Proposta Orçamentária para o exercício de 2018**

Passando ao item da pauta "Discussão e Aprovação da Proposta Orçamentária". O Presidente do Conselho, Sr. Robson Marcos Gualberto, solicitou a apresentação da supracitada Proposta. Com a palavra, o Sr. Gilson Nunes Pedroso. Chefe da Seção de Orçamento. Discorreu que a proposta foi elaborado de forma diferenciada dos anos anteriores, que contou com a participação de vários setores da CDSA. Informou que levaram em consideração que não foram utilizados todos os valores orçados do ano anterior. Informou que ocorreu redução com o pessoal e aumentou os custos com os planos de saúde e odontológico. Disse que tiveram que reajustar, pois as despesas aumentaram bastante e a receita anterior era bem mais alta. Declarou que a receita era de R\$ 11.373.156,12 (onze milhões, trezentos e setenta e três mil, cento e cinquenta e seis reais e doze centavos) e passou para R\$ 13.263.132,24 (treze milhões, duzentos e sessenta e três mil, cento e trinta e dois reais e vinte quatro centavos). Com relação ao arrendamento, houve um aumento de setecentos e cinquenta mil na proposta. O Conselheiro Silvio César perguntou se foi feito de acordo com o arrendamento que está vigente, sendo respondido pelo Chefe da Seção de Orçamento que sim. Relatou que em 2017 ocorreu uma redução na receita devido à devolução da área pela empresa AMCEL, porém levaram em consideração que futuramente poderá ser arrendada. Segundo o Chefe de Orçamento, outro item que merece destaque é o de juros e multas, já que no orçamento anterior não foi previsto. O Presidente perguntou se a CDSA trabalha com calendário de recebimento desses navios. Na ocasião, o Diretor



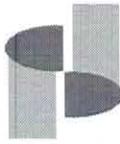
Operacional, Sr. Victor Hugo Holanda da Silva, explicou que sim, pois a média é adicionar quatro navios de combustível ao ano. Relatou que os navios levam vinte a vinte cinco dias. Informou que, em conversa com os representantes da empresa, ficou sabendo que pretendem aumentar a quantidade de transbordo de navios pelo Estado do Amapá e almejam levar para o Cruzeiro do Sul. O Presidente perguntou se com esse aumento seriam utilizados os dois píeres, tendo como resposta que seria utilizado apenas o píer 02, atracando dois navios, pois, ao invés de atracar um de quarenta mil, atracariam dois com trinta milhões de litros, tendo um aumento de vinte milhões de litros. O Conselheiro Silvio César pronunciou-se quanto à parte de despesas, comentou que tem um investimento muito importante para a CDSA e não foi feito a estimativa. Enfatizou que o Conselho vem falando desde fevereiro, que é a demarcação da poligonal. O Chefe da Seção de Orçamento disse não ser um investimento, mas sim um serviço. Mencionou que há muito tempo era para ter sido feita essa demarcação, mas é necessário fazer um estudo e isso demanda tempo. Falou que provavelmente haverá esse estudo, mas será incluído somente no orçamento de 2019. Mencionou que na rubrica "02.05.03 - Serviços técnicos profissionais" o valor é de trezentos mil reais. Os Conselheiros Silvio César e Lucílio Selmi afirmaram ser um investimento, pois terá que desembolsar primeiro para depois fazer a demarcação. O Conselheiro Silvio César perguntou como que chegaram a esse valor de trezentos mil reais, pois vem falando desde o início de 2017 e até agora nada foi feito. Disse que pode até não se conseguir fazer o estudo, mas pode se chegar a uma estimativa tanto do custo do empreendimento no todo, que é a demarcação, quanto uma estimativa de quanto precisa, com intuito de orçar o valor exato. Frisou que tem dois engenheiros civis no Conselho e já se dispuseram a ajudar. Disse que ele tem empresas que conhecem e podem nortear esse trabalho sem ônus para a CDSA e não entende porque a CDSA não apresenta o que foi feito ao Conselho, devendo ser por não terem feito nada até o momento. Solicitou que apresente para que possam ajudar e enfatizou que é preciso fazer uma pré-análise para ter noção do valor, no caso os trezentos mil reais. O Diretor Operacional esclareceu que o que foi questionado foi o balizamento e disse que está trabalhando. No momento, o Conselheiro solicitou que agendasse um dia com o Conselho para apresentar o que se tem feito, para que o Conselho colabore ou então diga que não aceita ajuda, pois desde fevereiro de 2017 o Conselho está cobrando e só falam que as providencias estão sendo tomadas, mas não mostram nada. Retomando a palavra, o Diretor Operacional explanou que não consegue vislumbrar a Diretoria com má vontade, disse que o



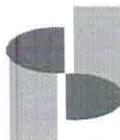
balizamento não é de hoje e tem muitos problemas que estão tentando solucionar. Mencionou que irá trazer a empresa FRISIUS Consultoria e Projetos Ltda, considerando que a mesma elaborou o projeto para a empresa Zamin para fazer uma apresentação. Disse que assim que agendar com o representante da empresa, entrará em contato com o Prefeito do Município de Santana e os Conselheiros para participarem da apresentação do Projeto e, em seguida, contatar com o Governo do Estado do Amapá em busca de parcerias. Segundo ele, o Estado ficou de dar uma contrapartida, pois a CDSA não tem recursos. Complementado, o Chefe da Seção de Logística informou que é uma empresa do Rio de Janeiro e que é o mesmo projeto que foi feito em 2012 para a empresa Zamin. Mencionou que vem conversando com o representante a fim de agendar a vinda do mesmo até o porto para fazer a apresentação do projeto com as adaptações, inclusive das novas áreas de fundeio que entraram em 2015. Falou que está aguardando a marcação da data. O Conselheiro Lucilio selmi questionou se é possível a empresa encaminhar a proposta para o Conselho analisar. O Sr. Odenilson Guidão disse que irá solicitar a proposta supracitada à Frisius. O Conselheiro Silvio César Trigueiro disse que a CDSA não pode simplesmente contratar pelo fato de a mesma ser uma empresa pública, mas, em paralelo, pode solicitar a proposta de outras empresas também para se fazer uma estimativa de preço. Foi falado pelo Sr. Odenilson Guidão que, na verdade, a empresa não vem vender, mas sim mostrar o projeto. Relatou que conversou com o ex-funcionário da empresa Zamin e ficou sabendo que no momento que paralisaram as operações, as dependências da empresa foram todas saqueadas, inclusive o computador que estava armazenado o projeto. Na sequência, o Conselheiro Lucílio Selmi perguntou se esse projeto já foi pago pela Zamim e salientou que a empresa quer vender o mesmo projeto duas vezes. Segundo o Sr. Odenilson, sim, mas com as adaptações da área de fundeio, incluindo as mudanças da poligonal. Foi colocado pelo Conselheiro Silvio César que, depois que o projeto estiver implantado, terá que ser feito o monitoramento mensalmente por ser uma área sedimentar. Na ocasião, demonstrou sua indignação com relação a esse assunto, pois já não aguenta mais falar a respeito. Discorreu sobre os procedimentos que deveriam ter sido feitos para contratar a empresa para elaborar o projeto de balizamento. O Conselheiro Lucílio Selmi disse que corrobora com o Conselheiro Silvio César quando ele fala que há muito tempo vem cobrando e até agora nada foi feito. Disse que está na quarta reunião e ainda não foi apresentado nada concreto para que possa se fundamentar. Relatou que ficou decidido em reunião anterior que o Diretor Financeiro Administrativo criasse uma Comissão para elaborar



o laudo patrimonial. Em seguida, solicitou que consignasse em Ata que a Diretoria Operacional encaminhe por e-mail a proposta das empresas acerca do projeto de balizamento, até mesmo para se respaldar. O Diretor Operacional falou que acha difícil as empresas enviarem seus projetos por e-mail e o Conselheiro Lucílio Selmi retificou que não é o projeto, mas sim a proposta. Com a palavra, o Conselheiro Silvio César discorreu sobre o conceito de proposta comercial. Retomando a palavra, o Diretor Operacional disse que acredita que a cotação a empresa poderá enviar, mas alega que o representante fará questão de vir até o porto apresentar e enfatizou que não será oneroso para a CDSA. Lucílio Selmi disse ser necessário as propostas para elaborar o edital. No momento, o Diretor Operacional expôs que vale ressaltar que a CDSA não tem recursos para pagar esse projeto e está trabalhando em parceria com o Município para conseguir com o Governo do Amapá uma contrapartida. Lucílio Selmi explanou sobre a importância de primeiro elaborar um bom projeto e depois se pensar em recurso, pois não adianta ter recursos se o projeto está mal elaborado. Ressaltou que se o projeto estiver pronto, é possível chegar ao recurso. Disse que no Brasil o que falta é projeto bem feito, caso esteja mal feito, irá voltar. Informou que vários projetos da gestão passada não foram aprovados pela equipe de Brasília por terem sido mal elaborados. Silvio César relatou que o orçamento foi bem elaborado, porém o que faltou foram as propostas comerciais para que a CDSA não venha se tornar refém da empresa e tivesse uma média para fazer o orçamento. Disse que quer ajudar e que já vem falando isso há cinco reuniões. Na ocasião, o Diretor Operacional disse que reconhece que houve falhas e que talvez faltou um pouco mais de esforço. O Conselheiro Silvio César disse que não está dizendo que não houve esforço por parte do Diretor Operacional, mas que o mesmo deveria ter ouvido mais o Conselho, pois tem a oportunidade de consultá-los. Frisou que utilizasse as ferramentas que se tinha em mãos, pois o Conselho tem conhecimento na área e pediu desculpas por ter insistido com esse assunto. O Diretor Operacional informou que o Jurídico manifestou-se dizendo que o Conselho não pode assinar de forma técnica o projeto de balizamento. O Conselheiro Silvio César solicitou que o Jurídico emita Parecer ao Conselho dizendo que os mesmos não podem colaborar com o projeto, mencionou que já que não consegue contribuir com nada e colocou seu cargo de Conselheiro à disposição. Prossequindo, o Presidente do Conselho disse que se prontificou a fazer o projeto, inclusive colocou a empresa de um amigo à disposição e o mesmo fez um projeto superficial, que foi doado ao Município e não sabe qual foi o destino. Outro projeto foi o da área de entrada da



CDSA. Disse que sai da área de jurisdição do Conselho. Na sequência, o Sr. Odenilson Guidão relatou que a Diretoria Operacional tem se esforçado, mas às vezes tem falhas, devendo ser por falta de experiência. Falou serem válidas as reivindicações e cobranças dos Conselheiros. Disse que assume a responsabilidade com relação à sinalização e o balizamento. Relatou que tem interesse no projeto e solicitou a autorização da Diretoria Operacional para responsabilizar-se pelo projeto. O conselheiro Lucílio Selmi solicitou que constasse em Ata que o servidor Odenilson Guidão ficará responsável pelo projeto. Com a palavra, o Diretor Operacional concedeu o aval até mesmo porque é ele quem vem entrando em contato com o representante da empresa Frisius. Continuando, o Presidente solicitou que a Diretoria Executiva faça uma Comissão para responsabilização pelo balizamento do Porto. Quanto à questão do Conselho não poder contribuir com a CDSA, o Diretor Operacional relatou que conversou com a Diretoria Executiva e concordaram em ser muito benéfico à CDSA, pois a empresa não possui no seu quadro técnico engenheiro civil. Disse que a Presidência já entrou em contato com o Jurídico e que irá emitir o Parecer. Por fim, encerrou agradecendo ao Conselho. Prosseguindo, o Presidente da Comissão Permanente de Licitações (CPL) pediu a palavra e deu sua contribuição, dizendo que o entendimento do Jurídico se baseia no princípio da separação de funções do direto administrativo. Lucílio Selmi colocou que está consignado em ata anterior que o Conselho não irá assinar nenhum projeto, apenas irá contribuir orientando, mesmo porque a empresa que vai elaborar tem que ter um engenheiro. Complementado, Silvio César disse que estão nessa função de Conselheiro para somar e contribuir com o crescimento da CDSA e do Município de Santana. Mencionou que o Conselho, para aprovar o orçamento, precisava da informação das três propostas. Ressaltou que as propostas são meras referências e precisam ser avaliadas. Lucílio Selmi mencionou ser um absurdo o Jurídico se negar a receber um benefício. Outro item colocado pelo Presidente foi acerca da dragagem, que desde o começo vem cobrando a forma como é feito esse desconto. Disse que o orçamento será aprovado com ressalva, pois o Conselho solicitou informações da empresa AMCEL e não obteve resposta. Segundo ele, esse contrato da dragagem é confidencial e falou que estão com uma liminar para poder operar no porto. Comentou que a empresa terceirizada está trabalhando com uma licença vencida no píer 02. O Chefe da Seção de Orçamento, Gilson Nunes, informou que foi feito um acordo entre a CDSA e a AMCEL e relatou que tem uma rubrica exclusiva para dragagem, que inclusive teve um aumento. Informou que antes a CDSA pagava a dragagem diretamente e disse não saber



informar detalhes sobre essa negociação. O Diretor Operacional informou que encaminhou Ofício à AMCEL, mas não obteve resposta. Quanto à Licença de Operação, disse que a empresa que faz a dragagem conseguiu se licenciar por seis anos. Gilson Nunes se prontificou a verificar os empenhos anteriores de quando as dragagens eram pagas pela CDSA. Foi questionado pelo Presidente sobre a especificidade dos materiais de informática, visto que tem duas rubricas. Gilson Nunes explica que as rubricas de material de informática e investimento são rubricas diferentes, pois a de material de informática inclui os toneres e fitas e a de investimento são as impressoras, relógio de ponto e outros.

## **2.2- Apresentação do Relatório de execução Financeira do mês de dezembro de 2017.**

Por solicitação do Presidente do Conselho, o Presidente da Comissão Permanente de Licitações (CPL), Gilmar Targino de Oliveira Diniz, saudou a todos e justificou a ausência do Chefe da Divisão Contábil e Financeira, Sr. Giovanny Rodrigues. Em seguida, explanou que foram recebidos no mês de dezembro de 2017 de receita operacional o total de R\$ 728.392,80; Receita Patrimonial de R\$ 139.697,52; Receita Financeira R\$ 3.008,81, dos quais R\$ 1.404,07 referem-se aos rendimentos das aplicações financeiras e R\$ 1.607,74 correspondem aos juros e multas recebidos dos clientes que pagaram suas faturas com atraso. No item Outras Receitas ocorreram os seguintes recebimentos: R\$ 4.158,09 referentes ao ressarcimento pelo TJAP das despesas com a empregada cedida Ângela Dias correspondente ao mês de novembro de 2017. Declarou que a despesa realizada em dezembro de 2017 foi de R\$ 770.854,86 e a despesa com pessoal foi de R\$ 775.762,03. Ao discorrer sobre a análise das despesas com pessoal em relação à receita, informou que no mês de dezembro de 2017 foram utilizados 88,63%, tendo no acumulado do ano 63,46%. O limite legal permitido pelo Estatuto Social desta Companhia, consoante o Artigo 39 que fixa o limite máximo anual de 60% (sessenta por cento) para despesas com pessoal e encargos sociais. Mencionou que a receita arrecadada até dezembro de 2017 foi de R\$ 9.533.620,71 e a despesa realizada de R\$ 8.829.002,52 obtendo-se, desta diferença, um resultado positivo de R\$ 704.618,19. Quanto ao índice de inadimplência de 2017 frisou que se encontra em 11,12% (equivalente a R\$ 1.069.470,80).

## **2.3- Apresentação do Relatório da Comissão Permanente de Licitação-CPL do mês de dezembro de 2017.**

Por solicitação do Presidente do Conselho, o Sr. Gilmar Targino de Oliveira Diniz, Presidente da Comissão Permanente de Licitação (CPL), apresentou o relatório da CPL atualizado até o



dia 22 de janeiro de 2018. Discorreu sobre a contratação da empresa para aquisição de placas e informou que a comissão de patrimônio já deu início. O Conselheiro Silvio César disse que ficou determinado que cada um faça uma parte. Declarou que precisa dos títulos dos terrenos mesmo não estando averbado os imóveis e as benfeitorias, porém sem título não tem patrimônio. Gilson Nunes mencionou que acredita que exista o título, mas pode estar em nome da Companhia Docas do Pará (CDP) ou da União. Silvio César relatou que caso esteja no nome da CDP, não faz parte do patrimônio da CDSA. Continuando, Gilmar Targino informou que ocorreu o pregão para aquisição de combustível e a adesão de ata de registro de preço para aquisição de suprimento de informática. O Conselheiro Silvio César solicitou que retirem dos relatórios da CPL os contratos que foram arquivados. O Sr. Odenilson Guidão pediu a palavra e expôs que lhe foram repassadas algumas demandas do Conselho, dentre elas está à aquisição de um gerador para a CDSA. Informou que em 2016 a CDSA encaminhou um Ofício à Advocacia Geral da União (AGU) solicitando a doação de um gerador e o processo estava transitando. Disse que na semana passada entrou em contato com a AGU e ficou sabendo que na mudança de prédio da AGU roubaram o gerador. Informou que em 2016 e 2017 solicitou à Secretaria de Obras um engenheiro eletricista para firmar um termo de cooperação. O Diretor Operacional disse que é necessário fazer o Termo de Cooperação entre a CDSA e a Secretaria Municipal de Obras Públicas e Serviços Urbanos (SEMOP). Colocou que está fechando junto à SEMGOV e à SEMOP.

#### **2.4-Rateio dos honorários Advocatícios**

O Presidente pronunciou-se e questionou como está sendo feito a questão dos rateios advocatícios. O Diretor Administrativo e Financeiro esclareceu que é feito o rateio de acordo com o Estatuto da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB). Após os esclarecimentos, o Presidente deu por encerrada a reunião.

### **3 – ASSUNTOS GERAIS**

#### **3.1 - O que ocorrer:**

Encerrada a reunião, eu, **Leila Pires Vieira**, na qualidade de Secretária, lavrei a presente ATA que, após lida e analisada, será assinada por mim, pelo senhor Presidente do CONFIS e demais conselheiros.

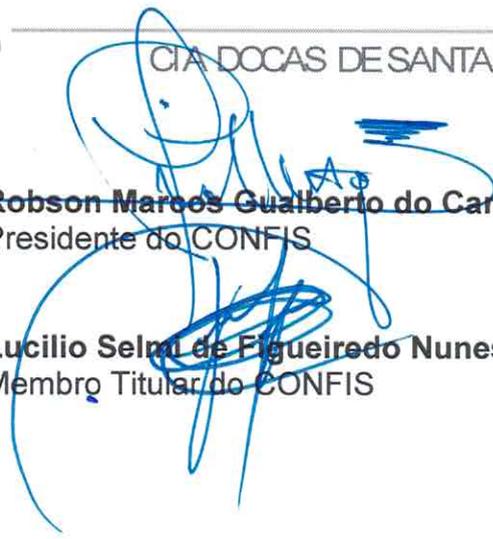
Santana-AP, 21 de fevereiro 2018.



COMPANHIA DOCAS DE SANTANA

**Leila Pires Vieira**  
Secretária

  
**Silvio César Barreto Trigueiro**  
Membro Titular do CONFIS

  
**Robson Marcos Gualberto do Carmo**  
Presidente do CONFIS

  
**Lucilio Selmi de Figueiredo Nunes**  
Membro Titular do CONFIS